

ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO: DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE FRENTE AO NEOLIBERALISMO E À PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Isabela Camargo Todan
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/*Campus* Jacarezinho

Nathália Maria Rodrigues Mecias
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/*Campus* Jacarezinho.

João Vicente Hadich Ferreira
Universidade Estadual Paulista, *Campus* Marília

A educação é historicamente marcada por tensões políticas, econômicas e culturais. No cenário contemporâneo a racionalidade neoliberal, introjetada como modo de vida, redefine a função da escola, os processos de formação docente e as políticas públicas de educação. Sob essa lógica, a escola é progressivamente transformada em espaço de adaptação ao mercado, voltada para formar indivíduos competitivos, flexíveis e ajustados às demandas do capital, em detrimento da formação crítica, política e emancipadora. Perde-se a dimensão humanizadora da educação. O conhecimento é reduzido a habilidades mensuráveis e, o professor, a executor de tarefas. Diante disso, torna-se imprescindível problematizar a seguinte questão: como pensar uma formação docente crítica e comprometida social e politicamente em tempos de ofensiva neoliberal, privatização da educação, plataformação e avanço de práticas autoritárias que ressoam no fascismo contemporâneo?

O objetivo desse trabalho é analisar criticamente a incorporação da racionalidade neoliberal no campo educacional, na formação de professores, nas políticas curriculares e nas práticas avaliativas. Nesse sentido, evidenciar a necessidade de resistências pedagógicas e políticas que reafirmem a educação como prática social transformadora e espaço de constituição democrática, discutindo a formação docente como *lôcus* estratégico para o enfrentamento da lógica mercadológica e para a construção de uma educação emancipadora, capaz de resgatar o papel político, crítico e humanizador da escola. Por fim, problematiza-se o risco da regressão autoritária, que se manifesta no ódio à política e na solução de continuidade entre neoliberalismo e fascismo, sobretudo quando a educação é reduzida à técnica e ao treinamento.

A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, com base na Teoria Crítica, especialmente Adorno (1995), e outros autores, como Arendt (2004); Rancière (2014); Dardot & Laval (2016); Freitas (2014); Gentili (1995) e Chauí (2022).

As análises prévias indicam que o neoliberalismo, mais do que uma doutrina econômica, é uma racionalidade que penetra nas práticas sociais, subjetividades e instituições. No campo educacional, isso se expressa na mercadorização empresarial, com a escola como consumidora de serviços e o docente

como técnico que operacionaliza conteúdos prescritos por documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que trata da formação de professores. Ancoradas na racionalidade técnica-instrumental, essas propostas esvaziam o currículo de suas dimensões críticas, éticas e políticas, priorizando a aplicabilidade imediata de competências e habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. O resultado é um processo formativo fragmentado, que relega a reflexão crítica a segundo plano, reduzindo o professor a executor dessas políticas, em oposição ao ideal de intelectual comprometido com a transformação social.

Além da dimensão curricular, a política neoliberal se manifesta também nas avaliações externas, como SAEB, IDEB e ENEM que se, inicialmente, são apresentadas como proposições diagnósticas, efetivamente, o que prevalece é o estabelecimento da lógica da *accountability* (responsabilização) e da gestão por resultados. Representam, assim, mecanismos de controle e ranqueamento, legitimando políticas de bonificação e a entrada do setor privado na gestão educacional. Sob o discurso da qualidade consolida-se o Estado Avaliativo, onde avaliações servem à mercantilização da educação, intensificando desigualdades e penalizando escolas vulneráveis (Freitas, 2014). O efeito perverso é a intensificação das desigualdades, uma vez que escolas que atendem populações vulneráveis, frequentemente estigmatizadas pelos baixos resultados, são penalizadas em vez de apoiadas. Gentili (1995) alerta que essa ofensiva corrói o princípio da educação como direito universal.

Outro aspecto central da análise diz respeito à plataformização da educação, que intensifica a lógica neoliberal ao subordinar o ensino a ferramentas digitais privadas. Embora apresentada como solução de acesso, reforça desigualdades, transfere recursos públicos para empresas de tecnologia e esvazia a dimensão política e coletiva da educação, reduzida à interação mediada por algoritmos. Em estados como Paraná e São Paulo, o uso intensivo de plataformas vem com centralização curricular e a redução da autonomia docente, ampliando a privatização indireta e a precarização do trabalho. A plataformização é expressão atual do neoliberalismo educacional, conectada à lógica empresarial e ao enfraquecimento da esfera pública.

Nessa ofensiva neoliberal, emerge o fascismo, entendido não apenas como fenômeno histórico do século XX, mas como o pensamento antipolítico que ressurge em contextos de crise da democracia. Adorno (1995) afirma que evitar a repetição de *Auschwitz* é tarefa da educação, pois a barbárie persiste na sociedade administrada, marcada pelo autoritarismo, pela intolerância e pelo ódio à política. Para Hannah Arendt (2004), o que está em disputa na política não é a vida individual, mas o mundo comum, espaço público de convivência e pluralidade. Por isso, o neoliberalismo, ao fomentar o individualismo extremo e a despolitização, cria terreno fértil para práticas fascistas, que se alimentam do ódio à democracia (Rancière, 2014). Nesse sentido, a redução da educação à técnica e treinamento, à padronização curricular e à plataformização podem ser compreendidas como expressões contemporâneas de uma lógica antipolítica, que ameaça à democracia e a liberdade.

Conclui-se que, diante desse cenário, a formação docente deve ser reafirmada em sua dimensão política e emancipadora. Mais que preparar professores para aplicação de técnicas e métodos, trata-se de formar intelectuais críticos, capazes de compreender e intervir a partir das contradições sociais. A educação deve resistir à mercantilização e ao autoritarismo e, portanto, à barbárie, comprometida com a emancipação humana e a democracia. Isso exige resgatar a *práxis* como categoria central, superar a dicotomia entre teoria e prática e reconhecer o professor como sujeito político e cultural. A luta contra o neoliberalismo e suas expressões contemporâneas, como a privatização e a plataformização, exige a valorização da escola pública, da carreira docente e da gestão democrática da educação.

Palavras-chave: Formação Docente. Neoliberalismo. Educação Emancipadora. Avaliações Externas. Fascismo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, H. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CHAUÍ, M. **Sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREITAS, L. C. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Campinas: Autores Associados, 2014.
- GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo.